



SEMANA NO CONGRESSO NACIONAL

A Pauta da Semana detalha a previsão dos trabalhos nos Plenários e Comissões da Câmara dos Deputados e Senado Federal no período de **7 a 04 de outubro 2019**, observando que os eventos podem ser cancelados, alterados ou incluídos extra pauta.



Plenário

3ª feira, 4ª feira e 5ª feira

Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania

3ª, 4ª feira - 14h30 e 9h30

5ª feira, 9h30

A Pauta da Semana detalha a previsão dos trabalhos nos Plenários e Comissões da Câmara dos Deputados e Senado Federal no período de **7 a 11 de outubro**, observando que os eventos podem ser cancelados, alterados ou incluídos extrapauta.

SEMANA NO CONGRESSO: A semana tem foco na sessão conjunta do **Congresso Nacional**, prevista para terça-feira (dia 8) com a retomada da análise de vetos presidenciais, de créditos orçamentários e da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO). A sessão está marcada para as 14 horas.

No **Senado Federal** quatro

Pauta obstruída com as seguintes matérias:

Medida Provisória 886 de 2019 que dispõe sobre a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios.

Medida Provisória 890 de 2019 que institui o Programa Médicos pelo Brasil, no âmbito da atenção primária à saúde no Sistema Único de Saúde, e autoriza o Poder Executivo federal a instituir serviço social autônomo denominado Agência para o Desenvolvimento da Atenção Primária à Saúde

Direitos sociais como cláusula pétrea

Proposta de Emenda à Constituição 299 de 2016, de autoria da deputada Luiza

Home office

Projeto de Lei 4.481 de 2012, de autoria do senador Cícero Lucena (PSDB-PB), que dispõe sobre o exercício domiciliar de profissão liberal (home office),

medidas provisórias trancam a pauta do Plenário, e previsão de na próxima quinta-feira (10/10/2019), ocorrer a primeira sessão em segundo turno da discussão da **Proposta de Emenda à Constituição 6 de 2019**, que trata da reforma da Previdência, já aprovada em primeiro turno.

Na **Câmara dos Deputados** o foco é liberar a pauta de discussão que encontra-se trancada por falta de apreciação de medidas provisórias com prazo de tramitação vencido.

A semana pode ser esvasiada pela viagem de parlamentares ao Vaticano para participar da solenidade de canonização de Irmã Dulce.

Vencido o sobrestamento da pauta outros itens poderão ser deliberados dentre eles destacam-se:

Projeto de Lei Complementar 461-A de 2017, que dispõe sobre o padrão nacional de obrigação acessória do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), de competência dos Municípios e do Distrito Federal, incidente sobre os serviços descritos nos subitens 4.22, 4.23, 5.09, 10.04, 15.01 e 15.09 da lista de serviços anexa à Lei Complementar nº 116, de 31 de julho de 2003.

Erundina (PSOL-SP), que insere direitos sociais nas cláusulas pétreas, com relatório do deputado Gilson Marques (Novo-SC), pela inadmissibilidade.

com relatório do deputado Gilson Marques (Novo-SC), pela inconstitucionalidade, injuridicidade e má técnica legislativa deste.



**CÂMARA DOS
DEPUTADOS**

Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania

5ª feira, 9h30

Comissão de defesa dos Direitos da Mulher

3ª feira, 10h

Comissão Especial da Reforma Tributária (PEC 45/2019)

3ª feira, 14h30

Comissão Externa sobre Casos de Violência Doméstica contra a Mulher

3ª feira, 14h30

Comissão Especial para analisar as Concessões de Subsídios Tributários e financeiros

3ª feira, 15h

Concessão de abonos salariais
Projeto de Lei 6.756 de 2006, de autoria do deputado Vicentinho (PT-SP), que dispõe sobre a obrigatoriedade de parcelamento da concessão de abonos salariais, tendo em vista os limites legais de isenção da tabela progressiva do imposto de renda da pessoa física, com relatório do deputado Gilson Marques (Novo-SC), pela inconstitucionalidade e injuridicidade deste e do substitutivo Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público.

Proteção dos direitos da mulher
Audiência pública conjunta com a Comissão de Educação, tema: aperfeiçoamento de instrumentos de proteção dos direitos da mulher, com os seguintes convidados: Amini Haddad Campos, professora adjunta da Universidade Federal

Estímulos regionais e fluxo orçamentário
Audiência pública para debater os estímulos regionais e fluxo orçamentário. Foram convidados, entre outros, o pesquisador na modalidade de inovação tecnológica junto à Fundação

Enfrentamento a violência e feminicídio
Audiência pública para debater políticas públicas de enfrentamento à violência e feminicídios. Foram convidados,

Isenções para entidades sem fins lucrativos
Audiência pública para debater isenções para entidades sem fins lucrativos; e votação de requerimentos. Foram convidados, entre outros, o coordenador-geral

Processo no Trabalho
Projeto de Lei 1.084 de 2007, de autoria do deputado Daniel Almeida (PCdoB-BA), que altera a Consolidação das Leis do Trabalho, dispondo sobre o Processo do Trabalho para uma justiça do trabalho forte, ágil e célere, com relatório do deputado Gilson Marques (Novo-SC), pela inconstitucionalidade e injuridicidade deste, do projeto de lei nº 5.925/2009, apensado, e das emendas apresentadas na comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público.

de Mato Grosso e Juíza de Direito; Rosana Leite Antunes de Barros, coordenadora do núcleo de defesa da mulher da Defensoria Pública em Mato Grosso; Andrea Costa, advogada especialista em causas de violência doméstica em Brasília.

Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (Funcap) Sergio Leitão; e o professor de Direito Econômico, Financeiro e Tributário da Universidade de São Paulo (USP) Fernando Facury Scaff.

entre outros, a secretária especial de Cidadania de Mato Grosso do Sul, Luciana Azambuja; e a promotora de Justiça do Ministério Público do Estado de São Paulo Gabriela Manssur.

de Tributação da Secretaria Especial da Receita Federal, Fernando Mombelli; e o assessor da Casa Civil da Presidência da República, Vinícius Teixeira Sucena.



**CÂMARA DOS
DEPUTADOS**

Comissão de Seguridade Social e Família

4ª feira, 9h30

Avaliação da limitação biopsicossocial para fins de Aposentadoria

Projeto de Lei 5.392 de 2016, de autoria do deputado Eduardo Barbosa (PSDB-MG), que altera o art. 42 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para dispor sobre exame médico-pericial multidisciplinar e avaliação da limitação biopsicossocial para exercício de atividade laboral para fins de concessão de aposentadoria por invalidez, com relatório do deputado Dr. Jaziel (PL-CE), pela rejeição.

Acompanhante em Perícia médica e social do INSS

Projeto de Lei 10.670 de 2018, de autoria do deputado Herculano Passos (MDB-SP), que dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências, para permitir que o segurado ou beneficiário seja acompanhado de pessoa de sua confiança durante a perícia médica e social do Instituto Nacional do Seguro Social, com relatório da deputada Tereza Nelma (PSDB-AL), pela aprovação com duas emendas.

Extrato de recolhimento do INSS ao segurado

Projeto de Lei 10.776 de 2018, de autoria do deputado Hildo Rocha (MDB-MA), que dá nova redação ao inciso I do art. 80 da Lei 8.212, de 24 de julho de 1991, para

determinar que o Instituto Nacional do Seguro Social envie anualmente aos segurados e às empresas o extrato do recolhimento de contribuições previdenciárias, com relatório do deputado Olival Marques (DEM-PA), pela aprovação deste e do PL 3.162/2019, apensado, com substitutivo.

Abono salarial ao Aposentado

Projeto de Lei 191 de 2019, de autoria do deputado Roberto de Lucena (PODE-SP), que altera a Lei 7.998, de 11 de janeiro de 1990, para conceder abono salarial ao aposentado pelo Regime Geral de Previdência Social, com relatório do deputado Eduardo Costa (PTB-PA), pela rejeição.

Manutenção do BPC a pessoa com deficiência que exerça atividade remunerada

Projeto de Lei 1.506 de 2019, de autoria da deputada Rejane Dias (PT-PI), que altera o art. 21-A da Lei 8.742, de 7 de dezembro de 1993, para estabelecer a manutenção temporária do Benefício de Prestação Continuada para a pessoa com deficiência que exerça atividade remunerada, inclusive na condição de microempreendedor individual, com relatório da deputada Fernanda Melchionna (PSOL-RS), pela aprovação.

Comissão de Finanças e Tributação

4ª feira, 10h

Aposentadoria por invalidez do INSS

Projeto de Lei 4.163 de 2008, de autoria do deputado Eduardo Barbosa (PSDB-MG), para dispor sobre o benefício de aposentadoria por invalidez do Regime Geral de Previdência

Social, no caso de posse em cargo eletivo federal, estadual, municipal ou distrital, com relatório do deputado Kim Kataguiri (DEM-SP), pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária.



Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público

4ª feira, 10h

Participação nos Lucros e Resultados

Projeto de Lei 3.016 de 2015, de autoria do deputado Laércio Oliveira (PP-SE), que altera a norma referente aos Programas de Participação nos Lucros ou Resultados, para orientar a participação das entidades sindicais nos casos de empresas com múltiplas atividades ou filiais, com relatório do deputado Lucas Vergílio (SD-GO), pela aprovação deste e da Emenda nº 1/19 da

CTASP, com substitutivo.

Autônomo exclusivo

Projeto de Lei 8.303 de 2017, de autoria do deputado André Figueiredo (PDT-CE), que suprime o art. 442-B da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), com relatório da deputada Flávia Moraes (PDT-GO) pela aprovação deste e do PL nº 2.755/19, apensado, com substitutivo, e pela rejeição do PL 11.153/18, apensado.



Plenário

3ª feira, 14h

Pauta obstruída com as seguintes matérias:

Projeto de Lei de Conversão 22 de 2019, Medida Provisória 884 de 2019, que dispõe sobre a proteção da vegetação nativa e dá outras providências.

Defesa, do Instituto de Fomento e Coordenação Industrial.

Projeto de Lei de Conversão 23 de 2019, Medida Provisória 888 de 2019, para dispor sobre as requisições de pessoal para a Defensoria Pública da União.

Projeto de Lei de Conversão 20 de 2019, Medida Provisória 885 de 2019, que acelera a destinação de bens apreendidos ou sequestrados que tenham vinculação com o tráfico ilícito de drogas.

Vencido o sobrestamento da pauta outros itens poderão ser deliberados dentre eles destacam-se:

Medida Provisória 887 de 2019, que autoriza a prorrogação de contratos por tempo determinado no âmbito do Comando da Aeronáutica do Ministério da

Proposta de Emenda à Constituição 42 de 2019, de autoria do senador Antônio Anastasia (PSBD-MG), que altera o "caput" do art. 5º da Constituição Federal para incluir o direito à acessibilidade e à mobilidade entre os direitos individuais e coletivos.

5ª feira, a partir das 16h

Reforma da Previdência

1º sessão de discussão em 2º turno da Proposta de Emendas à Constituição 6 de 2019, de autoria do Poder Executivo, que modifica o sistema de previdência social, estabelece regras de transição, disposições transitórias, com

parecer da Comissão Diretora, com relatoria do senador Sergio Petecão (PSD-AC), oferecendo a redação para o segundo turno. A matéria terá três sessões de discussão em segundo turno para estar pronta para votação. O que deve ocorrer na próxima semana.



Ausência para acompanhar filho atleta em competições

Projeto de Lei 3.966 de 2019, de autoria do senador Confúcio Moura (MDB-RO), para permitir que o responsável por menor de 18 anos possa se ausentar do serviço para acompanhá-lo para participar em competições esportivas, nas condições que especifica, com relatório da senadora Leila Barros (PSB-DF) pela aprovação do Projeto, com duas emendas que apresenta.

Veda a Alta Programada do Auxílio-doença

Projeto de Lei do Senado 175 de 2017, de autoria do senador Paulo Paim (PT-RS), que altera a Lei de Benefícios da Previdência Social, para revogar a previsão de que o auxílio-doença cessará após 120 dias da concessão, caso não tenha sido fixada sua duração estimada e o segurado não tenha requerido prorrogação, com relatório da senadora Mara Gabrielli (PSDB-SP), pela aprovação do Projeto, com duas emendas que apresenta.

Assédio de mulheres no ambiente de trabalho

Projeto de Lei 1.399 de 2019, de autoria do senador Veneziano Vital do Rego (PSB-PB), que institui medidas para o combate ao assédio, moral ou sexual, no ambiente de trabalho, com atuação simultânea em três frentes: a abertura de canais seguros de denúncia e apuração dos fatos, o apoio psicológico à vítima de assédio e a elevação do nível de conscientização dos empregados e empregadores quanto ao problema e sua gravidade, com relatório da senadora Leila Barros (PSB-DF), pela aprovação do Projeto, com duas emendas que apresenta.

Saque do Fundo de Garantia para compra de 2º imóvel

Projeto de Lei 2.967 de 2019, de autoria do senador Irajá (PSD-TO), que dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), para permitir a movimentação da conta vinculada para aquisição de segundo imóvel, com relatório do senador Paulo Paim (PT-RS), pela aprovação do Projeto e de uma emenda que apresenta.

Isonção do Imposto de Renda para aposentados e pensionistas com 60 anos

Projeto de lei 4.198 de 2019, de autoria do senador Jorge Kajuru (PSB-GO), para isentar do Imposto sobre a Renda das Pessoas Físicas os rendimentos provenientes de aposentadoria e pensão pagos pelo Regime Geral da Previdência Social, a partir do mês em que o contribuinte completar sessenta anos, com relatório do senador Paulo Paim (PT-RS), favorável ao projeto.

Auxílio-doença e aposentadoria para doente com Fibromialgia

Projeto de Lei 4.399 de 2019, de autoria da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), que que dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências, para incluir a fibromialgia no rol das doenças que asseguram a dispensa do cumprimento de período de carência para usufruir dos benefícios de auxílio-doença e aposentadoria por invalidez, com relatório do senador Irajá (PSD-TO), favorável ao projeto.

**SENADO
FEDERAL**



Comissão de Assuntos Sociais

4ª feira, 9h30

Extende para os segurados com doenças graver o benefício de BPC

Substitutivo da Câmara dos Deputados 6 de 2018, ao Projeto de Lei do Senado 55 de 1996, de autoria do senador Casildo Maldaner (MDB-SC), a fim de modificar os requisitos para a concessão do benefício de prestação continuada às pessoas com deficiência e aos idosos carentes e estender o direito aos portadores de doença crônica grave, com relatório da senadora Mara Gabrielli (PSDB-SP), contrário ao Substitutivo da Câmara dos Deputados e pela remessa do Projeto à Comissão Diretora, para elaboração de texto final nos termos que indica.

Torna a sentença judicial passível de protesto e negativação

Projeto de Lei 2.830 de 2019, de autoria do senador Styverson Valentim (PODE-RN), que Modifica o art. 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), para estabelecer que a decisão judicial transitada em julgado poderá ser levada a protesto, gerar inscrição do nome do executado em órgãos

de proteção ao crédito ou no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas (BNDT) depois de transcorrido o prazo de 15 (quinze) dias da citação do executado, se não houver garantia do juízo, com relatório da senadora Juíza Selma (PODE-MT), favorável ao projeto.

Requerimento 121 de 2019, de autoria da senadora Zenaide Maia (PROS-RN), com o objetivo de instruir o PLS 118/2011, requer a realização de audiência pública para dispor sobre o preenchimento de quotas para pessoas com deficiência. Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados: Representante da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT); Representante da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (ANAMATRA); Representante da Secretaria Especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia; Representante do Instituto Brasileiro dos Direitos da Pessoa com Deficiência (IBDD); e Representante da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE Brasil).

Comissão Mista sobre a MP 899 / 2019

3ª feira, 14h30

Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

2ª feira, 14h30

Saques no PIS/Pasep e no FGTS Apreciação e votação do relatório

Reforma da Previdência

Audiência pública para debater sobre: "Previdência e Trabalho", com foco na reforma da Previdência, com os seguinte Convidados: Luiz Gonçalves Bomtempo, secretário-geral da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil – UNAFISCO; Diego

do deputado Hugo Motta (Republicanos-PB).

Monteiro Cherulli, advogado, professor especialista em direito previdenciário e diretor do IBDP; José Pinto da Mota Filho, presidente da Sociedade Brasileira de Previdência Social – SBPS; Jane Lucia Wilhelm Berwanger, advogada especialista em Direito Previdenciário.

**SENADO
FEDERAL**



**Comissão de
Direitos Humanos e
Legislação Participativa**

3ª feira, 9h

Reforma Tributária

Audiência pública para debater sobre: "Reforma Tributária", com os seguinte Convidados: José Ernane de Souza Brito, presidente do Sindicato Nacional dos Procuradores da Fazenda Nacional (SINPROFAZ); Achilles Linhares de Campos Frias, diretor do Sindicato Nacional dos Procuradores da Fazenda Nacional (SINPROFAZ); Sérgio Luís de Souza Carneiro, diretor de assuntos profissionais e estudos técnicos do Sindicato Nacional dos Procuradores da Fazenda Nacional (SINPROFAZ); José Leite

dos Santos Neto, delegado Sindical do Sindicato Nacional dos Procuradores da Fazenda Nacional (SINPROFAZ); Denise Lucena, professora da Universidade Federal do Ceará; Adilson Rodrigues Pires, advogado, professor da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ); José Maria Arruda de Andrade, professor associado da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (USP), e Edson Vismona, presidente do Instituto Brasileiro de Ética Concorrencial (ETCO).

Brasília-DF, 07 de outubro de 2019.
Relações Institucionais da CNTC